

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: MME busca saída para presença privada na produção de urânio	2
Título: Mineradoras pagam até 30% mais por seguro após Brumadinho	4
Título: Cessão onerosa é destaque na área de energia	6
Título: PF liga desvios na Cemig a aliados de Aécio	7
Título: Operação acontece em momento de 'recomeço'	9
Título: Destaques	10
Título: Light adota estratégia digital contra perdas	11
Título: Justiça bloqueia bens da Biopalma, da Vale, e mais três companhias no Pará	14
Título: Curtas	15
Título: Usina Itajobi, de SP, pede recuperação judicial	15
Título: Modelos revistos.....	16
Título: Licitações previstas nos Estados irão ampliar malha rodoviária	19
Título: Mercado prevê novo recorde de emissões de debêntures	21
Título: Curtas	23
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	23
Título: Economia em ritmo lento deve levar governo a prever rombo maior em 2020	23
Título: Empresas começam a se estruturar em consórcios para comprar Liquigás.....	25
Título: Após anunciar reajuste no preço do diesel, Petrobrás volta atrás	26
Título: Projetos desconexos tentam vencer impressão de paralisia.....	28
Título: Fraudes e erros tiram 33 da lista de desaparecidos em MG	29
Título: Polícia Federal investiga operação para desviar R\$ 40 mi da Cemig	30
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	31

Título: Petrobras anuncia reajuste de 5,7% no diesel.....	31
Título: Operação investiga desvio de R\$ 40 mi na Cemig	31
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Governo estuda atuação privada em minas de urânio	32
Título: Petrobras pretende vender 30% do capital da BR Distribuidora.....	34
Título: Mar revoltado na Petrobras.....	35
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	35
Título: Impasse com a Petrobras chega ao fim	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: MME busca saída para presença privada na produção de urânio

O governo tenta encontrar uma forma de permitir que investidores privados possam explorar reservas de urânio no país sem a necessidade de mexer na Constituição Federal. Ontem, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que "algumas alternativas" estão sendo discutidas pelo grupo de trabalho interministerial coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

"Nós acreditamos que em junho teremos esses estudos concluídos e aquilo que for necessário vir a tramitar no Congresso será", afirmou o ministro em entrevista a jornalistas após apresentar as realizações da pasta nos primeiros cem dias de governo.

Os artigos 21 e 177 da Constituição estabelecem que à União compete exercer o monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares. Atualmente, a extração do urânio é feita pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que atua de forma limitada por restrições orçamentárias.

"O nosso objetivo é que a mineração [de urânio com a participação do setor privado] possa vir a ser realizada através de normas infralegais", disse Albuquerque se referindo a medidas que não dependem de mudanças na Constituição ou na legislação, mas apenas de ato do Poder Executivo, como decreto, portaria e resolução.

Já no discurso de posse no cargo, Albuquerque dizia que o Brasil precisava vencer o preconceito em relação à energia nuclear - área que conhece a fundo por já ter comandado unidades de pesquisa do Programa Nuclear da Marinha (PNM). Para ele, o país precisa tirar proveito de contar com uma das maiores reservas de urânio do mundo. Não à toa a retomada das obras de Angra 3 é uma das prioridades da pasta.

No caso de Angra 3, o governo já anunciou a plano de escolher um sócio privado, no início do segundo semestre, para fazer aporte de recursos. A expectativa é de retomar as obras até o fim deste ano.

Ontem, o ministro voltou a dizer que "principais atores internacionais" do setor têm vindo ao Brasil para manifestar interesse em entrar como sócios da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, no negócio. Alguns desses grupos enxergam a oportunidade de participar de novos projetos de energia nuclear no país.

Ao falar sobre Petrobras, o ministro afirmou que o papel da estatal no segmento de derivados de petróleo poderá ser redefinido a exemplo do que está previsto na estratégia do governo de abrir concorrência no mercado de gás natural. "Isso faz parte de uma política de modernização e, principalmente, de prover os melhores serviços para a sociedade brasileira", afirmou.

Albuquerque lembrou que a Petrobras ocupa uma posição dominante no mercado de gás natural. "Isso deve acabar com questionamentos por que a Petrobras faz isso e não faz aquilo. Ela tem de estar inserida dentro de uma política pública", disse.

O ministro preferiu não comentar se a estatal deverá se desfazer dos ativos no setor de derivados de petróleo - como as refinarias - no mesmo ritmo em que tem vendido suas participações em projetos de gasodutos.

"A Petrobras tem um plano de negócio que foi aprovado já há algum tempo. Entendo que ele está sendo, agora, reanalisado, e isso será aprovado, ou não, pela assembleia-geral ou mesmo pelo conselho de administração."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/04/2019****Seção: Finanças****Autor: Flávia Furlan e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Toronto****Título: Mineradoras pagam até 30% mais por seguro após Brumadinho**

Uma sequência de acidentes na atividade de mineração em todo o mundo, entre eles o rompimento de barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, elevou em até 30% o preço de seguros para o setor. Enquanto algumas seguradoras estão mais reticentes em fechar contratos, outras simplesmente desistiram de atender as mineradoras.

"O setor de mineração historicamente dá prejuízo para as seguradoras em todo o mundo. Quando a seguradora ganha dinheiro, é obra do acaso, por isso muitas saíram desse negócio", diz Nery Silva, chefe para seguros corporate e comerciais na América Latina da Generali, uma seguradora italiana que decidiu não trabalhar com as mineradoras.

Em 2018, foi alta a frequência em todo mundo de perdas severas para as seguradoras no setor de mineração. Cinco eventos - de falha em barragens de rejeitos a enchentes em minas subterrâneas - causaram US\$ 647 milhões de perdas patrimoniais, sem contar o dano ao ambiente ou a terceiros, segundo estudo da corretora Marsh obtido com exclusividade pelo **Valor**.

No Brasil, desde o rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015, o apetite das seguradoras já vinha minguando. Na ocasião, foram despejados 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos sobre o distrito de Bento Rodrigues, deixando 18 mortos.

As seguradoras ficaram ainda mais restritivas após o episódio recente de Brumadinho, em janeiro deste ano, que deixou mais de 200 mortos e mais de 90 desaparecidos. As estimativas iniciais das seguradoras mostram que as perdas com o episódio foram de US\$ 4,5 bilhões, acima dos US\$ 4 bilhões que haviam sido identificados em Mariana.

Contribui para a restrição a dificuldade em transferir o risco no mercado internacional, o que acaba resultando em um preço maior a se pagar. "Como a sinistralidade tem aumentado, as resseguradoras têm repassado aumento de taxas entre 10% e 30% aos clientes", afirma Wellington Zanardi, diretor de mineração da corretora Marsh Brasil.

De acordo com o executivo, apenas em casos isolados, de empresas que não tiveram sinistros e com contratos de longo prazo, o preço tem se mantido.

O caso do seguro de responsabilidade civil, especificamente, é mais difícil, uma vez que os acidentes na mineração resultam em grande volume de indenização a terceiros. Para fechar a apólice, as empresas têm se comprometido a arcar com uma alta franquia, antes de ter acesso ao dinheiro das seguradoras.

Difícilmente as empresas terão redução dessas franquias ou aumento da cobertura neste momento, a não ser que não tenha um histórico de sinistros. Além disso, as conversas têm de ser iniciadas com muita antecedência, conforme disse Zanardi.

Segundo o **Valor** apurou, a mineradora Anglo American, que está renegociando seu contrato de seguros neste momento, teve de arcar com uma alta franquia. "Nesse caso, a empresa conseguiu conter o aumento do prêmio", disse uma fonte que participa da negociação e preferiu não ser identificada. Gerdau e Usiminas também fizeram as tratativas de suas apólices recentemente, num contexto mais difícil. Nenhuma empresa respondeu à reportagem.

O mercado de seguros não está restritivo apenas com as mineradoras. Outros setores que trabalham com barragens, como o de energia, por exemplo, também estão com mais dificuldades em negociar as apólices.

"O laudo de estabilidade de barragem já era solicitado, mas terá mais importância daqui em diante, e haverá uma exigência maior de tecnologias para medir as condições das estruturas", afirma Ariel Couto, presidente da corretora MDS.

De acordo com Marcelo Blanquier, diretor de mineração e metais da corretora Jardine Lloyd Thompson, "conta-se na mão as grandes companhias que têm mostrado mais disposição para cobrir o risco das barragens". Caso, segundo o executivo, da Chubb, Swiss Re e Mapfre, dependendo do grau de informações sobre a barragem. Ele falou ao **Valor** no início de março em Toronto, num dos principais eventos globais de mineração, o Prospectors & Developers Association of Canada.

De acordo com Blanquier, para aceitar os riscos de barragens, as seguradoras e resseguradoras sempre demandam informações detalhadas sobre a construção, a manutenção e operação, mas nem sempre obtêm todos os dados que consideram suficientes.

Por conta disso é que as seguradoras acabam cobrando valores menores ou cobrando mais no contrato. "Tem ainda muito espaço para melhorar a participação dos seguros nesses setores, com a ajuda da atividade de gerenciamento de risco", destaca Blanquier.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/04/2019****Seção: Suplemento - Infraestrutura****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Cessão onerosa é destaque na área de energia**

No setor de energia, o destaque é o leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa do pré-sal que o governo federal pretende realizar em 28 de outubro, um negócio que deverá movimentar bilhões de reais. Além da Petrobras, o certame deve atrair a atenção de grandes produtoras mundiais de petróleo que já estão com um pé na camada pré-sal, uma das mais produtivas do mundo. O governo corre contra o tempo para detalhar o certame, de olho nos recursos que serão obtidos com ele, essenciais para ajudar nas contas públicas.

O pré-sal, responsável por 55% da produção nacional, deverá representar cerca de 80% em 2027, com forte participação da Bacia de Santos, segundo projeção da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Estimativas no mercado apontam que os excedentes podem superar 15 bilhões de barris, com possível produção no pico de até dois milhões de barris por dia e inclusive implicar a instalação de mais de dez plataformas de produção. A EPE estima que a cessão onerosa, incluindo os volumes excedentes, responderá por 35% da produção em 2027.

"O preço do petróleo a US\$ 70 o barril com o cenário internacional mais favorável, a retomada de crescimento nos Estados Unidos e a evolução tecnológica, que fez o custo de extração de petróleo no pré-sal cair de US\$ 30 para US\$ 7, criam uma taxa de retorno fantástica, o que atrai muito a atenção e abre perspectivas muito positivas", diz o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini.

Segundo as diretrizes do leilão, a Petrobras deverá ser compensada pelos vencedores sobre os investimentos realizados nas áreas licitadas até a data de assinatura do contrato de partilha de produção. Em contrapartida pelo pagamento da compensação à estatal, o ganhador se tornará proprietário de percentual dos ativos existentes na área de modo proporcional à sua participação na jazida após a assinatura do contrato de partilha de produção.

A cessão onerosa foi assinada com a Petrobras em 2010, no processo de capitalização da empresa, e garantiu a ela o direito a explorar cinco bilhões de barris de petróleo sem licitação. Nessa modalidade de exploração, a Petrobras arca com todos os custos de exploração e assume todos os riscos. A revisão no contrato, pendente desde então, pode implicar em perdas ou ganhos para a estatal ou para a União, dependendo de ajustes em variáveis, como reservas de petróleo e preços do barril. As indicações são de que a Petrobras é credora. A

estatal poderia receber algo entre US\$ 4 bilhões a US\$ 14 bilhões. Estima-se que os volumes sejam muito maiores do que os cinco bilhões de barris que a Petrobras teve direito em 2010, o que levou o governo a buscar a realização de um leilão desses excedentes.

Em energia elétrica, o destaque foi a divulgação do calendário para os próximos três anos de leilões de energia nova. O primeiro leilão de contratação - de energia daqui a quatro anos - será realizado em 27 de junho. O certame atraiu 1.581 projetos, que representam capacidade instalada total de 51,2 gigawatts. A maior parte dos empreendimentos cadastrados é de usinas solares, com 751 projetos que somam 26,25 gigawatts em capacidade. É a primeira vez que a fonte lidera em um leilão desse tipo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira e Camila Maia | De São Paulo

Título: PF liga desvios na Cemig a aliados de Aécio

Aliados políticos do deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), o ex-ministro das Comunicações Djalma Moraes e o empresário Oswaldo Borges teriam recebido parte de desvios de mais de R\$ 100 milhões da estatal mineira Cemig, de acordo com a Operação "E o Vento Levou", deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF). Eles são investigados por suposta associação criminosa, peculato e lavagem de dinheiro. A PF cumpriu 26 mandados de busca em São Paulo e Minas Gerais.

Moraes - que foi ministro das Comunicações no governo Itamar Franco entre 1993 e 1995 - teve prisão temporária solicitada pela PF e negada pela Justiça Federal, assim como Oswaldo Borges.

Coronel reformado do Exército, Moraes presidiu a extinta Companhia Telefônica de Minas Gerais (Telemig), privatizada em 1998, e foi presidente da Cemig na época dos eventos investigados. Já Oswaldo Borges é genro do padasto de Aécio Neves, o banqueiro Gilberto Faria, já falecido e dono do extinto banco Bandeirantes.

De acordo com as investigações, a Casa dos Ventos, desenvolvedora e operadora de projetos de geração eólica, fechou em 2014 contrato de venda do chamado "Projeto Tombador" com a Renova Energia, que tem como sócia a Cemig, com sobrepreço de R\$ 40 milhões.

Os recursos pagos a mais teriam origem em aporte de capital de R\$ 850 milhões feito pela Cemig na Renova no mesmo ano. Posteriormente ao pagamento do sobrepreço à Casa dos Ventos, foram realizadas diversas operações simuladas com propósito de ocultar a identidade dos reais beneficiários dos recursos, segundo a PF.

Notas fiscais sem lastro, para justificar a transferência de recursos e ocultar os destinatários do dinheiro, afirma a PF, foram emitidas pelos operadores financeiros Luiz Carlos Claro e Gabriel Claro. Eles são descritos na investigação como "noteiros". Em troca de percentual de propina, alugam empresas de fachada para viabilizar contratos sem prestar serviços.

Segundo a decisão judicial da 2ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que autorizou os mandados de busca, houve transferências e pagamentos em favor de pessoas físicas e jurídicas indicadas pelo delator Ricardo Assaf, ex-diretor jurídico da Renova. Ele disse ter seguido seguir diretrizes de Oswaldo Borges, então presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), orientado por Djalma Moraes, então presidente da Cemig.

As investigações apontam ainda Projeto Tombador foi transformado em novo projeto batizado de Zeus. A medida teria servido para justificar repasse de R\$ 65 milhões da Renova à Andrade Gutierrez, sem prestação de serviços. Subsidiária da Andrade, na época a AGC Energia era acionista da Cemig. Por isso, os desvios da estatal mineira superam os R\$ 100 milhões, diz a PF.

As investigações tiveram o apoio de provas entregues pelo diretor da Casa dos Ventos Clécio Eloy e por Francisco Vilala, operador financeiro responsável por lavar parte do dinheiro recebido a título de sobrepreço, que fecharam acordo de colaboração premiada.

Em delação premiada, Eloy disse que em 2014 foi acertada a venda de parte do Projeto Tombador à Renova por R\$ 105,2 milhões. Segundo o delator, por iniciativa de Renato Amaral, sócio da Renova, foi proposto à Casa dos Ventos que o montante fosse elevado para R\$ 145,2 milhões para que o negócio fosse fechado. Os R\$ 40 milhões adicionais seriam destinados a terceiros que seriam indicados pela Renova. A proposta foi feita a Mário Araripe, presidente da Casa dos Ventos, que a teria aceitado.

Os recursos teriam sido lavados por meio das empresas de fachada do Grupo Claro, em várias etapas até que chegaram aos destinatários finais, segundo a PF. Uma parcela, conforme relato de Ricardo Assaf, teria ficado com o empresário Flávio Jacques Carneiro, do Grupo Bel, que pegou R\$ 5 milhões em espécie na garagem de um edifício e um em escritório, ambos em São Paulo. O dinheiro teria origem no desvio de R\$ 40 milhões da Cemig.

Flávio Carneiro é amigo de Aécio Neves e já foi acusado pelos delatores do grupo J&F como intermediário de propinas ao deputado. O delator disse que as entregas teriam começado em agosto de 2014 e ocorreram "três ou quatro" vezes. "Flavio Carneiro se correspondia por mensagens de aplicativos de destruição automática de mensagens com Francisco Vila". Procurado, Aécio disse, por meio de sua assessoria, que não se pronuncia porque "não conhece o assunto".

Em nota, a Cemig disse manter "total colaboração com as autoridades" e que tem interesse na rápida evolução das investigações. A Renova afirmou que prestará todas as informações necessárias para auxiliar a PF. A Casa dos Ventos disse que colabora com as autoridades por iniciativa própria, e que nem a empresa, seus acionistas ou administradores foram alvos de investigação, busca e apreensão.

A reportagem não localizou as defesas de Djalma Moraes, Oswaldo Borges e Flávio Carneiro até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Política

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Operação acontece em momento de 'recomeço'

A operação da Polícia Federal "E o Vento Levou" acontece num momento crucial para a Renova Energia, que busca se reestruturar societária e financeiramente para ter "um novo começo". Além do contrato que teria sido superfaturado em R\$ 40 milhões, segundo as investigações da PF, há ainda outros R\$ 200 milhões sob investigação, malfeitos que podem prejudicar a recuperação almejada pela companhia.

A operação deflagrada ontem apura desvio de dinheiro da Cemig por meio de um aporte de R\$ 850 milhões na Renova, feito em 2014. Na mesma época, a empresa de energia renovável comprou um projeto de geração eólica na Bahia da Casa dos Ventos por R\$ 145,2 milhões. Segundo a polícia federal, desse total, R\$ 40 milhões foram superfaturados e, depois de lavados, entregues à destinatários definidos por executivos da Cemig, da Andrade Gutierrez e da Codemig.

"Sobre esse contrato de R\$ 40 milhões, já foi exaustivamente que não houve prestação de serviços [como contrapartida], mas há outros contratos [investigados] em valores de mais de R\$ 200 milhões", disse Vicente Mandetta,

procurador da república, em entrevista coletiva realizada ontem sobre a operação.

O contrato adquirido da Casa dos Ventos foi o do projeto Zeus, que acabou não saindo do papel, e não tem qualquer relação com o complexo eólico Alto Sertão III, adquirido pela AES Tietê na última terça-feira. Os executivos da Renova citados na operação também deixaram a companhia em 2015: o ex-presidente Mathias Becker e o ex-diretor financeiro Pedro Pileggi. No caso da Cemig, a PF apontou envolvimento do ex-presidente Djalma Moraes, que também deixou a companhia em 2015.

Segundo fontes, ainda que as descobertas não tenham relação com os ativos adquiridos pela AES Tietê, a companhia ainda está digerindo o que aconteceu ontem, mas existe a possibilidade de que a transação seja desfeita por critérios de compliance. Em nota, a empresa disse que realizou uma due dilligence detalhada e que não foram identificados elementos que ligassem o objeto do contrato de compra e venda à ação da Polícia Federal. "Portanto, em vista das informações que a AES Tietê têm até o momento, a transação se mantém inalterada, permanecendo a conclusão da operação sujeita ao cumprimento pelas partes das mesmas condições suspensivas já avançadas", disse a AES Tietê.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/04/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Futuro de Itaipu I

As chancelarias do Brasil e do Paraguai devem agendar em breve nova reunião para finalizar as negociações sobre a contratação de potência da usina de Itaipu até 2022. A primeira reunião entre as partes relativa ao assunto foi realizada ontem, na própria usina. Segundo o diretor-geral brasileiro de Itaipu, Joaquim Silva e Luna, o encontro marcou o início da construção de um resultado positivo para os dois lados. "A presença das duas chancelarias demonstra que esse assunto é um problema de interesse nacional", afirmou ele, em nota.

Futuro de Itaipu II

As discussões entre as chancelarias dos dois países são necessárias porque a Eletrobras e a estatal paraguaia Ande não chegaram a um acordo sobre a

contratação de potência da hidrelétrica para este ano. De acordo com Itaipu Binacional, sem esse entendimento, alguns compromissos da usina poderão ser prejudicados, como o pagamento dos royalties aos dois países, a dívida da construção e a remuneração pela energia cedida pelo Paraguai ao Brasil. O contrato de potência da usina é diferente do contrato de comercialização de energia, que vence em 2023.

Taesa obtém licença

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa) recebeu do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a licença prévia (LP) e a licença de instalação (LI) da Interligação Elétrica Ivaí. Conforme comunicado, a licença prévia obtida é referente à linha de transmissão de 525 quilovolts (kV) de Foz do Iguaçu-Guaíra, à linha de 525 kV Guaíra-Sarandí, à linha de 525 kV Sarandí-Londrina, e à subestação Guaíra, de 525/230 kV. Já a LI abrange a subestação Sarandí de 525/230 kV. Ivaí é o empreendimento em construção do lote 1, do leilão de transmissão realizado em abril de 2017, em que a Taesa participou em parceria com a ISA CTEEP, na proporção igualitária de 50%. Ivaí encontra-se no Paraná, com extensão de 600 km de linha (circuito duplo) e três subestações. O investimento é de R\$ 1,9 bilhão e a receita anual permitida (RAP) de R\$ 280,9 milhões para o ciclo 2018 e 2019. O prazo estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para energização da concessão Ivaí é agosto de 2022.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Light adota estratégia digital contra perdas

A elétrica fluminense Light vai utilizar tecnologia digital para atacar um antigo problema: as perdas de energia. A ideia é aplicar novas ferramentas a partir de dados de perfil de consumo dos seus 4 milhões de consumidores para identificar com maior precisão os locais onde ocorrem furtos e fraudes de energia e, principalmente, selecionar as localidades que serão inspecionadas e regularizadas prioritariamente.

Considerada o "calcanhar de Aquiles" da Light, a perda de energia alcança quase um quarto de todo o volume fornecido pela distribuidora. O problema tem forte relação com o drama social da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em áreas de risco, dominadas pelo tráfico e milícias, as perdas de energia ultrapassam a

marca de 80%. Nas áreas em que é possível atuar, a companhia tem índice de perdas de 14,88%.

"Há muito mais consumidores fraudando do que turmas que temos para inspecionar. Com inteligência artificial, estamos colocando muito mais inteligência para escolher quais consumidores vamos inspecionar", afirmou ao **Valor** o diretor comercial da Light, Marco Antonio Vilela.

Segundo ele, a principal mudança é que, historicamente, a empresa priorizava a inspeção de consumidores que tinham maior potencial de volume de energia recuperável. Com a utilização de novas tecnologias (inteligência artificial e big data), a companhia passou a priorizar a inspeção de consumidores em que há um maior potencial de recuperação de receita.

"Começamos a olhar o que é mais atrativo e primordial, buscar o equilíbrio entre atuar na perda e efetivamente arrecadar o que faturamos de cobrança retroativa", explicou Vilela.

A estratégia começou a ser adotada no fim do ano passado e, segundo o diretor, já demonstra resultados. "Os números de 2019 já mostram uma melhora sensível".

A Light ainda não divulgou indicadores deste ano. A elétrica fechou 2018 com um volume de perdas de 23,95%, ante 21,92% no fim do ano anterior e 3,33 pontos percentuais acima do patamar regulatório estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A utilização de tecnologia digital não se restringe ao combate às perdas. A Light está investindo na aplicação dessas ferramentas para melhorar o atendimento aos clientes, reduzir custos operacionais e aumentar a receita. Na prática, são formados "clusters dinâmicos", a partir de dados dos usuários, para oferecer soluções mais adequadas de cobrança de faturas vencidas e de renegociação de dívidas para cada cliente específico. Apenas no sistema de informação, a Light está investindo cerca de R\$ 30 milhões.

A companhia também espera com isso uma redução da judicialização de processos. Projeto piloto feito pela empresa no último bimestre de 2018 indicou um aumento de 71% dos casos em que a recuperação da receita e o fornecimento de energia ao cliente foram equacionados em até quatro dias, evitando o acionamento da Aneel e da Justiça.

"Uma das estratégias é transformar a distribuidora em uma empresa digital", afirmou o executivo, que assumiu o cargo em setembro do ano passado.

Engenheiro elétrico, Vilela está em sua segunda passagem pela Light. A primeira foi de 2001 a 2014. Mais recentemente foi diretor de Patrimônio e Energia da Oi. Segundo ele, a inspiração para a estratégia de digitalização da Light vem de empresas de telefonia e do mercado financeiro.

A recuperação de receita também é fundamental para a Light reduzir seu nível de endividamento, outro motivo de preocupação nos últimos anos. No fim de 2018, a relação dívida líquida/Ebitda da empresa foi de 3,63 vezes, próximo do limite de 3,75 vezes estabelecido contratualmente com bancos credores ("covenants"). A distribuidora encerrou o ano passado com dívida líquida de R\$ 8 bilhões.

Nesse sentido, a Light prepara uma captação para este semestre, com o objetivo de rolar a dívida com vencimento em 2019. O montante que a companhia pretende levantar com a operação não foi revelado, mas a dívida da empresa com vencimento neste ano é de R\$ 1,884 bilhão.

"Já neste início de 2019, o mercado está muito mais positivo do que no ano passado. E fechamos o ano passado com um caixa robusto e uma dívida bem mais alongada", disse recentemente o diretor de Finanças da Light, Roberto Barroso, ao **Valor**.

A posição de caixa da empresa no fim de 2018 era de R\$ 1,7 bilhão, ante R\$ 300 milhões observados no fim do ano anterior. O prazo médio de amortização da dívida também passou de 2,6 anos, em 2017, para 3,5 anos, em 2018. Na mesma comparação, o custo da dívida caiu de 8,70% para 5,51%.

Com o objetivo de acelerar o processo de desalavancagem, a empresa analisa opções de alteração na estrutura de capital.

"Como o endividamento é bastante elevado, pensamos em alguma outra forma mais estruturante de capital, de maneira que consigamos diminuir o tempo para essa desalavancagem, fazendo com que a companhia tenha resultados mais expressivos em um menor espaço de tempo", disse o presidente da Light, Luis Fernando Paroli em teleconferência com analistas, em março.

"Temos mais de uma possibilidade na forma de equacionamento desse problema [o alto endividamento]. E vamos, ao longo do ano, trabalhar nessas opções para que possamos ter uma solução mais estruturante para a companhia", acrescentou.

A Light é um dos principais ativos do plano de desinvestimentos da estatal mineira Cemig, que possui 49,99% de participação da empresa. Em 2018, houve uma tentativa de oferta secundária de ações da elétrica fluminense, que seria

ancorada pela gestora GP Investments. A operação, no entanto, não se concretizou.

Outro acionista relevante da Light é a BNDESPar, braço de participações do BNDES, com 9,39%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Justiça bloqueia bens da Biopalma, da Vale, e mais três companhias no Pará

A Justiça do Pará determinou bloqueio de R\$ 185 milhões das empresas Biopalma da Amazônia, uma subsidiária da Vale; I C - Bio Fontes Energéticas Ltda.; Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A; e Agregue Indústria, Comércio e Transportes de Madeiras, por entender que elas causaram a queda da ponte sob o rio Mojú, no Pará, no sábado.

Segundo a liminar, concedida pelo Juiz Raimundo Rodrigues Santana, a Biopalma "não possuía licença específica para emitir nota fiscal, mas, mesmo assim, vendeu cerca de 1.800 toneladas do subproduto "bucha de dendê", que tinha como destinatário final a empresa a Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A."

Além disso, a decisão judicial determina que as empresas forneçam os meios necessários para o restabelecimento do tráfego de pessoas e mercadorias no local, o que inclui a apresentação de plano para construção imediata de rampas de acesso para carros e para conclusão das obras no local da ponte, com o prazo máximo de 45 dias de adaptação.

Essa imposição também incluirá o fornecimento de balsas em número suficiente para atender à população, conforme a ser informado pela ARCON (Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará), sem a cobrança de qualquer valor pela utilização do serviço. "Para o caso de incumprimento, estipulo multa diária no valor de R\$ 200 mil", diz a decisão.

Em nota, a Biopalma informou que não foi intimada da determinação judicial, mas que adotará as medidas adequadas ao caso. A empresa afirmou, ainda, que a balsa, que se chocou nas pilastras de sustentação da ponte, não é de sua propriedade e nem estava a seu serviço. "A venda dos cachos vazios de palma foi realizada pela Biopalma na modalidade de frete FOB (Free on board), em que o comprador assume a responsabilidade integral pelo transporte da mercadoria.

A empresa está prestando todos os esclarecimentos necessários às autoridades."

O produto foi vendido à Jari Celulose e, de acordo com a Biopalma, teria total responsabilidade pelo transporte. Procurada, a Jari Celulose não se manifestou.

A Biopalma foi comprada pela Vale em 2011 e em 2012 a companhia inaugurou uma usina extratora de óleo de palma (dendê) para suprir a demanda de biodiesel em sua frota de locomotivas, máquinas e equipamentos. A usina está localizada em Mojú, onde a ponte caiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Prévias da Neoenergia

A Neoenergia, controlada pela Iberdrola, gerou 4.405 gigawatts-hora (GWh) no primeiro trimestre de 2019, recuo de 1,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. No trimestre, o maior crescimento de geração se deu na fonte hídrica, que subiu 15,3%, para 3.446 GWh. A fonte eólica, por sua vez, teve queda de 1,9%, para 336 GWh, e a termelétrica recuou 45,1%, para 623 GWh. No fim de março, a capacidade instalada da Neoenergia era de 3.631 MW, sendo 2.582 MW em hidrelétrica, 516 de eólica e 533 de termelétricas. No segmento de distribuição, a Neoenergia apurou alta de 5% na energia injetada na rede no primeiro trimestre, para 17.406 GWh. A Coelba (Bahia) apurou alta de 7,4%, a Celpe (Pernambuco) aumento de 4,3%, a Cosern (Rio Grande do Norte) cresceu 1,6%, e a Elektro alta de 3,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: Usina Itajobi, de SP, pede recuperação judicial

A Usina Itajobi Açúcar e Álcool, localizada no município paulista de Marapoama, próximo a Catanduva, entrou ontem com pedido de recuperação judicial. O processo corre na Comarca de Itajobi e será analisado pela juíza Marina Miranda Belotti Hasmann.

Com dívida ao redor de R\$ 230 milhões, a empresa, que começou a operar em 1982, alega que a crise enfrentada pelo segmento de açúcar e etanol entre 2007 e 2010 foi o principal fator gerador da incapacidade de honrar os compromissos financeiros. A usina fatura atualmente R\$ 270 milhões por ano.

Segundo o advogado responsável pela recuperação judicial, Julio Mandel, do escritório Mandel Associados, a maior parte da dívida é com os bancos Santander (R\$ 50 milhões), BBM (R\$ 26 milhões) e BTG Pactual (R\$ 23 milhões). "O que antecipou o pedido [de recuperação] foi a postura do banco BTG, que não quis alongar a dívida e parou de negociar", afirmou Mandel ao **Valor**.

Ele explica que ainda não foi possível organizar uma lista detalhada de credores. Assim, não há dados de qual o valor da dívida que tem garantia real e quanto não tem. Foi pedido um prazo adicional de 15 dias para anexar os documentos com mais informações ao processo. A consultoria Exm Partners está assessorando a Itajobi na negociação das dívidas.

O pedido de recuperação inclui, além dos negócios da Usina Itajobi Açúcar e Álcool, os da Pastoral São Pedro, da AMSV Administração e Participações e da FCA Administração e Participações - encarregadas da gestão do patrimônio imobiliário do grupo. Todas são controladas por Mário Salles Vanni e Leda Zancaner Salles. O pedido de recuperação afirma que as empresas estão "sob único controle e sob a mesma estrutura societária".

O pedido de recuperação, conta o advogado do caso, vem como forma de reestruturação financeira. Contudo, a venda da usina sucroalcooleira não está descartada. "É bem-vinda", disse o advogado.

Atualmente, a capacidade de produção da Itajobi é de 14 mil sacas de açúcar para exportação (VHP) por dia e de 560 litros diários de etanol. De acordo com o último balanço disponibilizado no "Diário Oficial de São Paulo", a usina apresentou lucro líquido de R\$ 1,7 milhão no exercício fiscal encerrado em março de 2017, uma recuperação ante o prejuízo líquido de R\$ 14,1 milhões de um ano antes. Ao fim do ano fiscal 2016/17, o faturamento da usina somava R\$ 246,4 milhões, avanço de 9% ante a temporada 2015/16.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Suplemento - Infraestrutura

Autor: Domingos Zaparolli e Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Modelos revistos

União e Estados como São Paulo e Pernambuco estudam modelos inéditos de contratos e a oferta de novas categorias de ativos para impulsionar as

concessões de infraestrutura nos próximos anos. Portos públicos, como Santos (SP) e Suape (PE), a hidrovía Tietê-Paraná, trens de passageiros intermunicipais e vias urbanas, como as marginais Pinheiros e Tietê, em São Paulo, são alguns dos ativos em análise.

Uma nova forma de contratação em estudo é a autorização de investimento, modalidade que dispensaria a concessão. "Se há uma empresa interessada em desenvolver um projeto, disposta a investir, operar e correr o risco, ela pode ser autorizada a executar o projeto, como ocorre nos Estados Unidos", disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante o "Fórum Infraestrutura e Desenvolvimento", organizado pelo **Valor**, com apoio da Camargo Corrêa Infra e InterCement.

Freitas informou no evento, realizado quarta-feira, em São Paulo, que uma legislação específica sobre o modelo de autorização já tramita no Congresso. Um ponto importante da proposta é que o contrato prevê a perpetuidade, ou seja, o investidor passa a ser operador em definitivo da infraestrutura, não um concessionário por tempo limitado.

Um primeiro projeto poderá ser a Ferrogrão, que será importante via de escoamento de grãos no Cerrado e ligará por trilhos os municípios de Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA) e poderá demandar R\$ 12 bilhões em recursos. "A precificação da tarifa se dará pela concorrência com outros modais, como rodovias, e outras ferrovias próximas que competirão pela mesma carga", afirmou o ministro.

Já o novo modelo de concessões rodoviárias estipula a oferta de valor de outorga mais alta como critério para determinar os vencedores de leilões, e não a tarifa mais baixa, como prevaleceu nos últimos certames. "A outorga gera compromisso do concessionário, que não vai abandonar o projeto após ter feito um grande desembolso", disse o ministro.

O governo também estuda a cobrança de tarifa incentivada, pela qual o concessionário da rodovia realiza investimentos, como a duplicação da malha, quando a demanda justifica a obra, mas só após o investimento realizado pode cobrar um valor a mais de pedágio.

Os portos públicos entraram na mira do programa de concessões. Até hoje, os leilões envolveram apenas o arrendamento de terminais portuários. O projeto de concessão mais avançado é o da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que administra o Porto de Vitória. Os estudos técnicos já foram iniciados e o projeto deverá ser aberto a audiência pública nos próximos meses. A licitação está prevista para 2020.

O ministro Tarcísio Freitas disse que se trata de um projeto piloto e sua escolha não foi aleatória, uma vez que a empresa tem baixos passivos trabalhistas, tem ligações ferroviária e rodoviária próximas e áreas grandes para expansão ao redor. "Bem sucedido, esse modelo pode ser aplicado em outros portos", afirmou.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), informou no evento que já iniciou as negociações com o governo federal e nesta semana se encontrou com o ministro Freitas para tratar da privatização do Porto de Santos, que também pode ser alvo de abertura de capital, e do porto de São Sebastião, que tem administração estadual mas depende de autorização federal para o processo de concessão.

Segundo o ministro, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), também avalia a participação de um parceiro privado para compartilhar com o Estado a gestão do porto de Suape. "Os estudos para os três portos serão lançados neste ano e poderemos, em 2020, tomar a decisão do que faremos", disse.

Até o fim de 2020 o governo federal pretende sair completamente da gestão de aeroportos. Os leilões de concessão ocorrerão em duas fases, a primeira envolvendo 22 aeroportos e a segunda, especificamente, os aeroportos Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP). "As joias da coroa", como define Tarcísio de Freitas.

Em paralelo, o governo buscará o melhor momento para vender a participação de 49% da Infraero nas concessões de Brasília (DF), Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Confins (MG).

No setor elétrico, o desafio será expandir a demanda com a retomada da economia. "Se o país crescer entre 2% a 2,5% por ano, já poderia haver problemas para atender a demanda em 2023, principalmente no horário de pico, nas quentes tardes de verão, quando o consumo de ar-condicionado é alto", disse José Renato Domingues, vice-presidente corporativo da chinesa CTG.

O recorde de demanda registrado em 30 de janeiro, quando alcançou volume de 90.525 MW às 15h50, tem feito o setor discutir a contratação de potência para atendimento em horário de ponta, assunto que está em estudo no Ministério de Minas e Energia após o encerramento da consulta pública 61/2018. De acordo com o diretor da PSR, Bernardo Bezerra, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicou a necessidade de contratação de 13 GW para 2027.

Aumentar o parque hidrelétrico implica na discussão dos impactos socioambientais da decisão. Hoje há 52 GW de capacidade mapeados em potencial hidrelétrico no país, sendo que apenas 8 GW se referem a empreendimentos que poderiam ser construídos em áreas onde não haveria debates com comunidades indígenas, quilombolas ou reservas ambientais. "Conciliar o desenvolvimento com o meio ambiente é um grande desafio", afirmou Domingues.

Em São Paulo, Doria pretende privatizar os 23 aeroportos regionais sob administração estadual, entre eles Bauru, Ribeirão Preto, São José e Santos. Em fevereiro, o governador reduziu o imposto da querosene de avião de 25% para 12%, igualando à média de outros Estados.

Em troca, as companhias aéreas se comprometeram a criar 490 voos semanais para 23 destinos no Estado, a maioria no interior, a partir do segundo semestre. "Estamos incentivando a movimentação dos aeroportos regionais que se tornarão mais atrativos aos investidores", afirmou Doria.

No total, o governo paulista pretende passar para a iniciativa privada 220 empreendimentos - nos formatos de Parceria Público-Privada (PPP), concessão ou privatização. O governador João Doria afirmou que no segundo semestre deverá lançar edital para a licitação de linhas do Trem Intercidades, que irão conectar as cidades de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Americana.

O secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmou que está no planejamento de 2019 fazer a licitação do trecho norte do Rodoanel. Meirelles informou que já estão em estudo a concessão da hidrovía Tietê-Paraná e de duas vias urbanas, as marginais Tietê e Pinheiros. "A ideia é adotar um sistema eletrônico de pedágio para evitar complicações no trânsito local", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Suplemento - Infraestrutura

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Licitações previstas nos Estados irão ampliar malha rodoviária

A crise fiscal tem levado diversos Estados a planejar concessões e Parcerias Público-Privadas. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Piauí e Bahia são alguns dos governos com projetos de rodovias, portos, mobilidade urbana e aeroportos que poderão ser licitados nos próximos anos.

A maioria dos projetos está na área rodoviária: mais de R\$ 30 bilhões em recursos poderão ser aplicados pelas concessionárias de diversos Estados. Hoje o Brasil tem cerca de 20 mil km de estradas sob gestão privada (9,2% das rodovias pavimentadas do país); cerca de 9,6 mil km estão com a União e a outra metade está nos Estados. São Paulo é o maior destaque, com pouco mais de oito mil km concedidos. A fatia dos outros Estados nessa conta deverá crescer.

O governo gaúcho lançou no início do mês a consulta pública para a concessão de dois trechos rodoviários, 204 km da RSC-287 (Tabaí - Santa Maria) e 115 km da ERS-324 (Passo Fundo - Nova Prata). Os investimentos previstos nos dois lotes são de R\$ 3,2 bilhões em 30 anos de contrato. A consulta pública se encerra em 4 de maio.

O RS também lançou na primeira semana de abril consulta pública para a concessão da estação rodoviária de Porto Alegre. O investimento previsto com a concessão da rodoviária é de cerca de R\$ 77 milhões em obras. Em reunião com empresários de São Paulo, o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), acenou ainda com a possibilidade de abertura de capital da Corsan, estadual de saneamento, e a venda da Sulgas e da CEEE. A privatização das duas depende de votação no plenário da assembleia.

Minas Gerais também observa oportunidades. "Diante do cenário de restrição fiscal e da queda de investimentos diretos, iremos estudar o que poderemos fazer para atrair a iniciativa privada via concessões", destaca o secretário de Transportes de Minas Gerais, Marco Aurelio de Barcelos Silva.

Já estão em estudo quais lotes de rodovias poderiam ser transformados de forma sustentável em concessões puras. As PPPs são difíceis de ser colocadas em prática, uma vez que exigem contrapartida do Estado. Em 2007, um estudo do governo mineiro apontou que o Estado poderia ter sete mil km de rodovias estaduais sob administração privada. O secretário acredita que esse número não é factível.

"Algo em torno de três mil km em vários lotes, e não licitados de uma vez, pode ser algo real", destaca. "Há 23 projetos mapeados entre Estados e governo federal que serão licitados, o que poderá ser uma porta de entrada para os que não estão. Há desde projetos novos até rodovias que já geram caixa como a Dutra, que tem tráfego relevante", diz Edson Ogawa, responsável pela área de Project Finance do Santander. Os governos de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo discutem licitar mais de cinco mil km de estradas nesses atuais governos.

O governo paulista, que detém cerca de 40% da malha sob administração privada, lançou no mês passado a primeira concessão rodoviária de sua gestão, que prevê investimentos em torno de R\$ 9 bilhões num período de 30 anos.

O projeto, cujas minutas prévias do edital ficaram em consulta pública até o fim de março, inclui obras de ampliação e modernização da infraestrutura de 1.201 km de rodovias, sendo que 417 km de vias serão duplicados. A concessão ligará a região de Campinas até Panorama, divisa com o Mato Grosso do Sul.

Único Estado litorâneo do Brasil sem porto, o Piauí trabalha para mudar essa realidade. Muitos produtores rurais ou industriais exportam seus produtos pelo terminal de Itaqui, no Maranhão. Em alguns casos, chegam a esperar 20 dias para o embarque de suas mercadorias. Representantes do governo do Piauí viajaram para São Paulo em fevereiro para participar da divulgação do projeto de construção do porto de Luís Correia. A superintendente de Parcerias e Concessões do Estado, Viviane Moura, disse que os estudos apontaram viabilidade econômica do projeto. "Há viabilidade também para navios com calados de até 12 metros, que eram o grande desafio desse porto", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Suplemento - Infraestrutura

Autor: Lívia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: Mercado prevê novo recorde de emissões de debêntures

As emissões de debêntures incentivadas de infraestrutura bateram recorde de R\$ 23,8 bilhões em 2018, com 65 operações, e aumento de 164% na comparação com R\$ 9 bilhões do ano anterior, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A expectativa do mercado é, no mínimo, repetir a marca em 2019, já que, com a redução do crédito dos bancos públicos ao setor, empresas estão financiando investimentos via maior participação do mercado de capitais.

"Esperamos um mercado tão forte quanto o do ano passado. O cenário para emissões continua bastante positivo", diz Sérgio Goldstein, presidente do comitê de finanças corporativas da Anbima. Contribui para isso, segundo ele, a conjuntura de menor taxa de juros e de redução do tamanho do BNDES. "O mercado de capitais está preenchendo espaços no financiamento de longo prazo, e investidores buscam mais títulos privados, de maior retorno", afirma.

Para ele, as debêntures incentivadas se consolidaram como importante fonte de captação. As emissões atingiram R\$ 3,3 bilhões no primeiro bimestre deste ano, praticamente repetindo igual período de 2018 (R\$ 3,4 bilhões). A maior parte,

R\$ 2,6 bilhões, foi de Petrobras, acompanhada por operações das empresas Janaúba Transmissora de Energia e Rumo Malha Norte. Pessoas físicas representaram 63% das subscrições.

"Há migração de títulos do governo para títulos privados, numa realocação de portfólio, compensando o ciclo de taxas de juros menores", observa Henrique Pinto Lima, responsável pelo banco de investimentos do Bradesco. Em sua opinião, sempre haverá espaço para atuação dos bancos públicos de fomento na fase de maior risco do projeto de infraestrutura, a etapa pré-operacional. "À medida que o projeto começa a gerar caixa e reduzir riscos, é hora de substituir para linhas mais atrativas", diz ele.

Edson Ogawa, responsável pela área de project finance do Santander, calcula em torno de 40% a participação do mercado de capitais no financiamento da infraestrutura brasileira em 2018. A média histórica é 10%. Em seu entender, "a redução substancial dos subsídios do BNDES" ajudou expandir o mercado. "Em 2017, a diferença entre TJLP (a então taxa de juros de longo prazo do BNDES) e taxa de mercado era em torno de 7%. No ano passado (entrada em vigor da TLP), as duas taxas ficaram praticamente iguais", compara.

Ele destaca ainda a melhoria na percepção de risco do investidor e a atual liquidez do mercado. "A crise reduziu substancialmente investimentos em infraestrutura. A média caiu para 1,7% do PIB nos últimos três anos, muito aquém dos 5% necessários", lembra. Ogawa afirma que, do lado do investidor, há apetite para superar o patamar de emissões de 2018. Mas vai depender da quantidade de projetos. Segundo o executivo do Santander, no primeiro trimestre, o banco teve participação de 40% nas debêntures incentivadas.

A criação de fundos de debêntures de infraestrutura com R\$ 5 bilhões do BNDES ajuda a impulsionar o mercado. Um dos destaques é o fundo de energia sustentável, com capital comprometido de R\$ 500 milhões, sendo R\$ 217 milhões subscritos pela BNDESpár. Investidores apostam nos títulos verdes como fonte de financiamento de infraestrutura em renováveis.

Entre 2015 e 2018, sete empresas emitiram green bonds no país, no total de R\$ 2,2 bilhões. Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), afirma que o Brasil tem grande chance de liderar o mercado global de títulos verdes, por seu potencial em projetos de energia renovável, eficiência hídrica e energética.

O setor de energia é o que mais cresce, com cerca de 80% do valor das emissões em 2018, segundo o Ministério da Economia. Bancos miram na diversificação de segmentos, "à medida que o país volte a um ambiente de negócios mais favorável", diz Lima, do Bradesco.

Um dos desafios é trazer mais investidores para o mercado de debêntures incentivadas, onde pessoas físicas têm redução de alíquota do IR na fonte de 15% para zero. Avançam discussões no governo para atrair investidores institucionais. Uma das propostas é estender benefícios fiscais ao emissor das debêntures incentivadas, dando retorno maior ao investidor.

"Ainda não conseguimos acessar fundos de pensão e seguradoras e, tampouco, investidores estrangeiros", reconhece Ogawa, do Santander.

Há estudos também que visam calcular quanto do subsídio das debêntures incentivadas resulta, de fato, em redução de custo de capital do projeto. Há estimativas de que uma parcela significativa do benefício fica com os aplicadores e os bancos, em vez de chegar aos emissores dos títulos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/04/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Tarifa social eleva conta

O aumento do desconto concedido aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, aprovado na quarta-feira pelo plenário do Senado, se confirmado pela Câmara, ampliará os subsídios custeados por meio da tarifa de energia em R\$ 1,034 bilhão ao ano, de acordo com André Pepitone, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Esses recursos serão pagos por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial pago por todos os consumidores por meio da tarifa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Economia em ritmo lento deve levar governo a prever rombo maior em 2020

Contas. Déficit primário no ano que vem está previsto em até R\$ 110 bilhões, mas estimativas apontam para um buraco entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões

maior; na visão do governo, cenário mostra a necessidade de aprovação da reforma da Previdência

Com a piora do cenário de crescimento econômico e da arrecadação do País, o governo deve rever, para pior, a meta fiscal para o ano que vem. Até agora, a equipe econômica vinha trabalhando com a possibilidade de um déficit de até R\$ 110 bilhões em 2020. Estimativas preliminares apontam, porém, para um rombo de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões maior. Para este ano, a projeção é de um rombo de até R\$ 139 bilhões. Na visão do governo, a mudança na previsão para o ano que vem, que deve ser anunciada na segunda-feira, será um alerta adicional para a necessidade de aprovação da reforma da Previdência.

Na área econômica, fontes avaliam que, sem a reforma (cujo impacto nas contas não pode ser contabilizado nas projeções oficiais), o quadro de déficits pode se estender até o último ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro, em 2022. O cenário mostra a dificuldade de cumprir o objetivo do ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciado durante a campanha, de zerar o déficit ainda no primeiro ano da gestão. Em entrevista concedida ao Estado em março, Guedes ainda afirmou que iria "fazer o impossível" para atingir essa meta de zerar o déficit.

Por outro lado, as metas que serão divulgadas na próxima segunda-feira devem manter a diretriz de redução do rombo ano a ano. Até então, o indicativo para 2021 era de um déficit de R\$ 70 bilhões, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. As projeções para 2022 serão inéditas, mas a avaliação preliminar é de que será possível reduzir o rombo para cerca de metade do valor do ano anterior. As novas metas estipuladas pelo governo não incluem a previsão de ingresso de bilhões em recursos com o megaleilão de petróleo do pré-sal.

O leilão está marcado para 28 de outubro, mas técnicos creem que a melhor estratégia seria deixar esse dinheiro para os próximos anos e não mexer na meta fiscal agora. A previsão do governo é que o dinheiro entre nos cofres da União em dezembro, mas esse cronograma é considerado apertado e não leva em conta riscos associados ao processo de venda de ativos. Salário mínimo. Para tentar conter o ritmo de crescimento das despesas, o governo deve enviar sua proposta de LDO sem reajuste real do salário mínimo, apenas com a recomposição pela inflação. A decisão marca o fim da política de valorização real do salário mínimo, iniciada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No relatório bimestral de março, a equipe econômica previu que o índice que reajusta o piso nacional deve ficar em 4,2% este ano, o que resultaria num valor próximo a R\$ 1.040. Pela regra antiga, o valor poderia ficar em R\$ 1.051.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/04/2019****Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: Empresas começam a se estruturar em consórcios para comprar Liquigás**

Olha o gás. Itaúsa e Ultrapar estão entre investidores que se organizam para fazer oferta por distribuidora da Petrobrás; para evitar vetos do Cade, grupo Ultra estuda proposta, ainda preliminar, de comprar ativos em regiões nas quais tem presença pequena

Empresas e investidores financeiros estão se estruturando para fazer propostas para comprar a Liquigás, divisão de gás de cozinha da Petrobrás. A distribuidora de botijões de gás faz parte dos ativos que a petroleira pretende vender, por considerá-lo não estratégico. O "Estado" apurou que a Itaúsa, holding de investimentos do Itaú Unibanco, e o grupo Ultra, estariam avaliando, separadamente, a formação um consórcio para fazer uma oferta pela companhia.

O Itaúsa, que tem em seu portfólio de investimentos a Alpargatas (dona da Havaianas) e é acionista do gasoduto NTS com a gestora canadense Brookfield, tem avaliado nos últimos meses negócios de gás por considerar o setor resiliente e menos suscetível a crises. A holding do Itaú Unibanco estava entre as interessadas no gasoduto da TAG, que foi colocado à venda pela Petrobrás – a francesa Engie levou o negócio por US\$ 8,6 bilhões (R\$ 33 bilhões). Fontes a par do assunto afirmaram ao Estado que a Itaúsa poderia se unir à Copagaz, quarta maior companhia do setor, para fazer uma proposta conjunta pela Liquigás.

A Copagaz participou do primeiro processo de venda da empresa, anunciado em 2016, e está interessada no negócio, segundo pessoas familiarizadas com o assunto. O grupo Ultra também avalia, mas ainda de forma preliminar, sua participação na operação em parceria com outros investidores – estratégicos ou financeiros, apurou o Estado com duas fontes. Se for levada adiante, a proposta envolveria a formação de um consórcio para que cada participante fique com um pedaço da Liquigás.

Concentração. Dono da Ultragaz, o grupo Ultra fez uma proposta de R\$ 2,8 bilhões pela Liquigás, no fim de 2016, para comprar 100% da companhia. A operação, contudo, foi barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O órgão antitruste alegou concentração de mercado. Em pelo menos quatro Estados, a união entre as duas empresas ultrapassa 50% de participação: Bahia (61%), Santa Catarina (51%), São Paulo (57%) e Rio Grande

do Sul (57). O Ultra ofereceu diversas alternativas – como venda de ativos em Estados com sobreposição de mercado, mas o Cade não aceitou os "remédios" propostos. Nesta nova rodada, ainda discutida de forma embrionária e que depende do edital da venda da operação, o conglomerado ficaria apenas com fatias da Liquigás em regiões nas quais não há forte concentração de mercado com a Ultragaz, empresa de botijão de gás da companhia, que é líder de mercado no País.

Em março, a Petrobrás contratou o Santander para colocar a Liquigás novamente à venda, conforme antecipou o Estado. As empresas Supergasbras, controlada pela holandesa SHV, e a Nacional Gás, do grupo cearense Edson Queiroz, também estão avaliando o negócio. O fundo de private equity (que compra participação em empresas) Advent também interesse na companhia. Ganhos de escala. Fontes de mercado afirmaram, porém, que uma nova oferta pela Liquigás não deverá ultrapassar os R\$ 2,8 bilhões oferecidos pelo Ultra, em 2016.

Isso porque, na proposta da Ultragaz, estavam embutidos ganhos com sinergias relativos à união das duas distribuidoras. Procurados, Itaúsa, Advent, Santander e Copagaz não comentaram. Em nota, o grupo Ultra informou que "não emitirá comentários". "Como companhia aberta, a Ultrapar comunica ao mercado a existência de eventuais fatos relevantes exclusivamente pelas vias formais, se e quando necessário", disse. A Petrobrás, a Nacional Gás e a Supergasbras não retornaram os pedidos de entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Fábio Grellet / RIO

Título: Após anunciar reajuste no preço do diesel, Petrobrás volta atrás

Depois de divulgar alta de 5,7%, estatal afirmou em nota, horas mais tarde, que havia margem para espaçar reajuste

Depois de anunciar o aumento do preço do diesel na tarde de ontem, a Petrobrás voltou atrás e informou que manterá "por mais alguns dias" o preço praticado desde 26 de março, quando mudou sua política de reajustes. No mês passado, diante do risco de nova greve dos caminhoneiros, a estatal anunciou que os preços do diesel nas refinarias, que correspondem a cerca de 54% do total pago pelo consumidor, passariam a ser reajustados "por períodos não inferiores a 15 dias".

Anteriormente, a empresa adotava uma política de mantê-los estáveis por curtos períodos de tempo de até sete dias. No início do ano passado, a companhia chegou a reajustar diariamente o combustível, o que culminou na paralisação dos caminhoneiros em maio. Ontem, exatos 15 dias úteis depois do anúncio, a Petrobrás anunciou reajuste de 5,7%. A partir de hoje, o litro do diesel passaria de R\$ 2,1432 para R\$ 2,2662.

Mas depois do fechamento do mercado, a petrolífera divulgou nota afirmando que "em consonância com sua estratégia para os reajustes dos preços do diesel e avaliou ao longo do dia, com o fechamento do mercado, que há margem para espaçar mais alguns dias o reajuste no diesel". A petrolífera afirmou ainda que manterá o alinhamento com o Preço de Paridade Internacional (PPI). A nota não dá outras informações sobre os motivos que levaram a companhia a fazer o adiamento do reajuste. Em conformidade com o texto, a empresa não alterou o preço do combustível na tabela que mantém em seu site. Marca. A alta anunciada ontem seria a maior desde que os presidentes da República, Jair Bolsonaro, e da petroleira, Roberto Castello Branco, assumiram os cargos.

Até então, o maior reajuste havia sido de 3,5%, registrado em 23 de fevereiro. Com exceção desses dois casos, os preços variaram em intervalos de 1% a 2,5%. Se o reajuste fosse confirmado, em um único dia (hoje) o valor do litro do combustível iria variar mais do que em todo o mês de fevereiro (5%), quando sel, revisitou sua posição de hed- passou de R\$ 2,0198 para R\$ 2,1224, e março (1%), quando foi de R\$ 2,1224 para R\$ 2,1432. Apenas em janeiro a variação foi maior, de 8,9%, de R\$ 1,8545 para R\$ 2,0198.

Os valores, que representam uma média do que é cobrado nos pontos de entrega de todo País, foram obtidos no site da companhia. Nos postos, o diesel ficou levemente mais barato no período em que a Petrobrás manteve o preço congelado nas refinarias. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o litro passou de R\$ 3,554, na semana do anúncio do congelamento, para R\$ 3,549, nos primeiros dias de abril, até o dia 6. O levantamento desta semana, de 8 a 12 de abril, ainda está sendo feito. Nas duas semanas de congelamento na refinaria, a queda foi de 0,14%. Todas as regiões apresentaram pequena queda de preços, com destaque para o Sudeste e o Estado de São Paulo, onde o litro passou de R\$ 3,442 para R\$ 3,431, queda de 0,3%.

Ainda antes de a Petrobrás anunciar a suspensão do reajuste, a reportagem perguntou à petroleira se os reajustes passariam a ser feitos exatamente a cada 15 dias úteis. A empresa respondeu que esse é o prazo mínimo e que não há nenhuma garantia de que os próximos reajustes acontecerão no mesmo intervalo de tempo adotado no primeiro reajuste. Com os preços do petróleo

em queda, as ações ordinárias da empresa fecharam ontem o pregão da B3 com perdas de 1,30%, e as preferenciais, com recuo de 2,71%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Política

Autor: Vera Magalhães

Título: Projetos desconexos tentam vencer impressão de paralisia

ANÁLISE:

O que fica do discurso de pouco mais de quatro minutos de Jair Bolsonaro na solenidade de lançamento de um pacote desconexo que junta medidas importantes e outras irrelevantes por ocasião dos cem dias de governo é a frase do presidente de que sua administração navega em "céu de brigadeiro". Trata-se de uma boa dose de desconexão da realidade que marcou os três meses inaugurais de seu mandato.

O empacotamento de medidas tão díspares, no entanto, trai as palavras do presidente e evidencia uma ansiedade generalizada de mostrar que a gestão vai sair da paralisia provocada por excesso de polêmicas ideológicas bestas e inexperiência da equipe – a começar do comandante. Entre as medidas relevantes estão o projeto que dá autonomia ao Banco Central, o acordo de cessão onerosa com a Petrobrás, a uniformização de regras para nomeações de dirigentes de bancos públicos com as exigências que já vigoram para instituições privadas e o "revogaço" que vai limpar a burocracia estatal de uma série de normas já caducas.

São importantes porque estão em linha com promessas de campanha de destravar a economia, dando-lhe uma diretriz liberal, e porque sinalizam o caminho de profissionalizar a gestão pública. Há aquelas medidas-pegadinha, que querem afetar grande importância quando não têm a mínima. Nesse rol estão a extinção de cargos que já estavam vazios e de conselhos criados pelo assembleísmo petista que estavam desativados e – ao contrário do que podem pensar os bolsonaristas iludidos – não implicavam jetom para os integrantes.

Há ainda as medidas que são meros "calhaus", jargão jornalístico para uma notícia ou anúncio que você encaixa para tapar buraco numa página. Nesse grupo estão coisas exóticas como a uniformização do domínio ".gov" nos sites oficiais e a mudança na forma de tratamento nas comunicações oficiais. E existem, por fim, anúncios que têm de ser analisados melhor porque podem significar retrocessos, como a lei que institui o ensino domiciliar, que deve gerar

controvérsia com o STF, e a conversão de multas ambientais, que pode virar senha para um vale-tudo na área.

O fato é que a grande medida que se espera do governo são as reformas estruturantes. Bolsonaro falou na Previdência e prometeu empenho – que, diga-se, vem dedicando em doses maiores nas últimas semanas. Mas urge profissionalizar o acompanhamento de votos na Câmara dos Deputados, planilhando os apoios, monitorando as bancadas e se antecipando às tentativas, que virão, de desidratar o texto. A reforma, por ora, não navega em mar de brigadeiro. Ou o governo volta sua energia para colocar a proposta em marcha de uma vez ou não haverá pacote que ajude a melhorar a avaliação periclitante que Bolsonaro tenta negar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Fraudes e erros tiram 33 da lista de desaparecidos em MG

Polícia pede retificação de relação. Oficialmente, tragédia de Brumadinho deixou até agora 225 pessoas mortas

A Polícia Civil investiga possíveis irregularidades na lista de desaparecidos em razão do rompimento da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro. O número de pessoas não localizadas voltou a ser reduzido ontem, passando de 68 para 52, conforme divulgado pela Defesa Civil. Fraudes e erros motivaram a mudança, segundo as autoridades. No total, além dos 16 de ontem, outros 17 supostos desaparecidos já haviam sido removidos da relação, totalizando 33 remoções.

O total de óbitos confirmados até o momento é de 225. Em nota, a Polícia Civil afirma que os pedidos de retirada de nomes da lista de desaparecidos "tiveram como fundamento investigações que demonstraram que as pessoas que estavam na lista foram incluídas de forma errônea, por parentes ou terceiros", e, em seguida, houve confirmação que estavam vivas. O texto diz ainda que "outros casos foram resultado de inclusão proposital por suspeitos de estelionato que haviam cadastrado nomes de pessoas que não estavam na região, a fim de conseguir vantagem econômica com as indenizações pagas".

Ocorreu ainda, segundo a corporação, repasse de informações por familiares com grafia errada ou nomes trocados. As investigações sobre possíveis estelionatos ainda estão em andamento. Uma tentativa de fraude ocorreu em 3 de fevereiro com a prisão de um homem que afirmou ter perdido mulher e filha

na tragédia. À Polícia Civil, o suposto marido e pai disse que ambas estavam hospedadas na pousada Nova Estância, destruída pela lama. Aos ser questionado por delegados, no entanto, admitiu a tentativa de fraude.

Em 8 de março, conforme informações do Tribunal de Justiça de Minas, uma mulher teve prisão em flagrante decretada depois de se apresentar em Brumadinho na Estação do Conhecimento, ponto para recebimento de documentos de atingidos pelo rompimento da barragem, afirmando que a filha teria sido morta na tragédia. Foi constatado, no entanto, que a certidão de nascimento da suposta vítima era falsa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Política

Autor: Julia Affonso Fausto Macedo

Título: Polícia Federal investiga operação para desviar R\$ 40 mi da Cemig

Em delação, executivos do setor afirmam que fraude usou subsidiária da companhia de energia de Minas Gerais

Três delatores apontaram à Polícia Federal o caminho de R\$ 40 milhões supostamente desviados da Companhia Energética de Minas (Cemig). As revelações dos delatores levaram à deflagração, ontem, da Operação E o Vento Levou, quarta fase da Operação Descarte, que colocou sob suspeita dois aliados do deputado Aécio Neves (PSDB/MG): o ex-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas (Codemig) Oswaldo Borges e o empresário Flávio Jacques Carneiro, do Grupo Bel. A Polícia Federal pediu a prisão temporária de Borges e de Carneiro, mas os requerimentos foram negados pela Justiça.

Fecharam acordo de delação o diretor da Casa dos Ventos Energias Renováveis Clécio Antônio Campodônio Eloy, o ex-diretor- jurídico da Renova Energia Ricardo Assaf e o operador financeiro Francisco Vila. A informação sobre a delação foi antecipada pela coluna Direto da Fonte, da jornalista Sonia Racy. De acordo com a investigação, a Cemig Geração e Transmissão fez porte de R\$ 850 milhões na Renova, por meio de contratos falsos. Após a transferência, afirma a PF, a Renova fez contrato com sobrepreço de R\$ 40 milhões com a Casa dos Ventos, a qual repassou o valor a outras empresas e pessoas físicas.

Em nota, a Casa dos Ventos diz que "a companhia já vem colaborando, sob sigilo, com as autoridades na apuração dos fatos, ocorridos há 5 anos". A Renova afirmou que "irá colaborar com todas as informações necessárias para auxiliar os trabalhos" de investigação. Também por meio de nota, Aécio disse que "não conhece o assunto, razão pela qual não vai se pronunciar".

O advogado Carlos Arges, defensor de Borges, afirmou que "lamentavelmente a investigação colocada em prática pela autoridade policial é resultante de declarações de delator, sem que exista qualquer fundamento e sem qualquer lastro de prova, que possa minimamente comprometer a conduta ilibada do sr. Oswaldo Borges da Costa Filho". Procurado, Carneiro não foi localizado até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras anuncia reajuste de 5,7% no diesel

Petrobras anunciou nesta quinta (11) aumento médio de 5,7% no preço do diesel, que vigora a partir desta sexta (12). É o primeiro reajuste após 20 dias sem alterações, apesar de alta nas cotações internacionais do produto durante o período.

No fim de março, sob ameaça de nova paralisação dos caminhoneiros, o governo pediu à estatal mudanças em sua política de preços para o diesel, que passou a respeitar prazos mínimos de 15 dias sem reajustes.

A medida foi criticada pelos próprios caminhoneiros, que a consideraram insuficiente para resolver os problemas da categoria. Eles pedem maior fiscalização sobre o cumprimento da tabela dos fretes mínimos.

A alteração na política de preços foi vista com desconfiança pelo mercado ao indicar ingerência política na estatal.

Nesta sexta, o litro do óleo diesel sairá das refinarias da empresa, em média, a R\$ 2,2662, ante R\$ 2,1432 vigentes desde 22 de março. Os preços variam de acordo com o ponto de entrega.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Laísa Dall'Agnol e Arthur Cagliari

Título: Operação investiga desvio de R\$ 40 mi na Cemig

A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) foi alvo nesta quinta-feira (11) da Operação E O Vento Levou, que apura suposto desvio de R\$ 40 milhões da estatal de energia.

A Polícia Federal investiga o repasse para a Renova Energia por meio de contratos falsos. A empresa teria utilizado parte do recurso em contrato superfaturado com a empresa Casa dos Ventos, a qual repassou o valor a outras empresas.

A investigação apura o envolvimento de membros de Cemig, Codemig, Andrade Gutierrez, Renova e Casa dos Ventos, além de operadores financeiros e outras empresas usadas para escoar o dinheiro.

Eles devem responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, associação criminosa, falsidade ideológica, evasão de divisas e desvio de recursos públicos.

Segundo a Polícia Federal, o esquema está ligado a uma estrutura muito maior de lavagem de dinheiro.

Eles apontaram alguns dos operadores como sendo os mesmos da primeira fase da Operação Descarte, de março de 2018, em que o Consórcio Soma foi investigado por transações com fornecedores que operavam fraudes com notas fiscais frias para a Prefeitura de São Paulo.

Procuradas, a Cemig e a Casa dos Ventos informaram que estão colaborando com as autoridades.

A Andrade Gutierrez afirmou que se coloca à disposição para esclarecimentos.

A Renova Energia informou que irá cooperar com as informações necessárias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/04/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Governo estuda atuação privada em minas de urânio

Na Constituição, exploração do mineral compete exclusivamente à União, mas grupo de trabalho busca uma saída normativa

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que o governo estuda uma maneira de autorizar a atuação de empresas privadas na mineração de urânio no país sem alterar a Constituição. Defensor da ampliação do uso de energia nuclear, que tem o urânio como principal insumo, Albuquerque afirmou que as medidas serão detalhadas em junho.

— Temos alternativas para realizar mineração (de urânio) com investimento privado sem necessidade de alterar a Constituição — disse o ministro na entrevista coletiva em que fez balanço dos cem primeiros dias de governo.

Segundo ele, um grupo de trabalho coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) já analisa o tema. Hoje, a exploração de urânio no país é feita apenas pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

AUTORIZAÇÃO SEM NOVA LEI

A Constituição diz que compete exclusivamente à União "explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados". A Carta também determina que a energia do urânio só pode ser usada para fins pacíficos.

—Acreditamos que, em junho, teremos os estudos concluídos e aquilo que for necessário vir a tramitar no Congresso será. Mas o nosso objetivo é que a mineração (de urânio) possa vir a ser realizada através de normas infralegais — explicou Albuquerque.

O governo busca uma forma de liberar a atuação privada no setor sem precisar aprovar lei no Congresso, apenas com a edição de decretos e portarias.

O Brasil é dono da sétima maior reserva de urânio do mundo, segundo a INB. São 309 mil toneladas distribuídas entre Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais, mas há estimativas de que o estoque nacional é ainda maior. Menos de um terço do território nacional foi alvo de pesquisas em buscado minério. Outros países com grandes reservas são Austrália, Canadá e Rússia.

Apesar de ter muito urânio, o Brasil vem importando tudo o que consome de países como EUA, Alemanha, Holanda e Reino Unido. Isso porque a exploração do mineral concentrada na mina de Caetité, na Bahia, a mais de 600 quilômetros de Salvador, deixou de ser viável economicamente em 2015. Desde então, a INB busca recursos para voltar a explorar o minério em novas áreas na região. A participação da iniciativa privada poderia ajudar nesse processo.

O urânio é matéria-prima, principalmente, para a geração da energia nuclear. Ele passa por um processo químico, gerando um pó amarelo (chamado de yellow cake), que posteriormente é enriquecido para a geração de energia elétrica nas usinas nucleares. No Brasil, há duas usinas desse tipo em operação: Angra 1 e 2. O governo também tenta concluir Angra 3, projeto que se arrasta há décadas cujas obras foram paralisadas pela descoberta de um esquema de corrupção.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/04/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Petrobras pretende vender 30% do capital da BR Distribuidora**

Subsidiária deixaria de ser estatal, mas petroleira manteria o controle

Em meio à aceleração do seu plano de venda de ativos, a Petrobras deu início ao processo de venda de uma fatia de 30% de ações da Petrobras Distribuidora (BR), líder do setor de distribuição de combustíveis no país. A expectativa é levantar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões. Atualmente, a estatal detém 70% do capital da subsidiária. O plano é manter o controle com 40% das ações. O restante dos papéis seria pulverizado.

A BR Distribuidora sempre foi considerada a "joia da coroa" da Petrobras. O plano, revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo, foi confirmado ontem por um executivo próximo às negociações. A ideia é fazer uma oferta secundária das ações na Bolsa de São Paulo, a B3, num prazo de três a quatro meses, sob coordenação do Citibank.

LIVRE DAS AMARRAS"

Em dezembro de 2017, a Petrobras fez a abertura de capital da BR na Bolsa, quando arrecadou R\$ 5 bilhões com a venda de 30% das ações. A operação foi a maior desde 2013, quando o BB Seguridade captou R\$ 11 bilhões.

A fonte destacou que, embora o plano seja manter a Petrobras no controle como maior acionista, a redução de sua fatia a menos de 50% do capital permitirá à BR deixar de ser considerada uma empresa estatal. Assim, ficaria "livre das amarras" da lei das estatais e de licitações.

—A BR vai deixar de ser estatal, de ter as amarras, as obrigações de uma estatal, em suas atividades. Vai ter mais agilidade para atuar no mercado de combustíveis, que é muito competitivo. Mas a Petrobras vai continuar sendo a controladora—disse a fonte.

Atualmente a BR tem valor de mercado de R\$ 26,7 bilhões. O modelo em estudo prevê vender as ações pulverizadas no mercado, mas eventualmente pode surgir um "investidor âncora" que venha a adquirir volume significativo dos papéis.

A modelagem da operação está sendo discutida também com órgãos reguladores e o Tribunal de Contas da União (TCU) para evitar questionamentos posteriores. No ano passado, o processo de venda da rede de gasodutos TAG

chegou a ser suspenso pela Justiça.

Os planos foram retomados no início deste ano depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou operações de venda de controle de subsidiárias. A TAG foi vendida na semana passada à francesa Engie por US\$ 9,6 bilhões.

O plano de desinvestimentos da Petrobras — que o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, quer acelerar para reduzir o alto endividamento da estatal — prevê arrecadar US\$ 26,9 bilhões até 2023.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Mar revolto na Petrobras

Sabe a natimorta Sete Brasil, que veio ao mundo antes da Lava-Jato prometendo construir 28 sondas de petróleo? A 4ª Vara Empresarial do Rio anulou a decisão arbitral que isentava a Petrobras de indenizar a Valia, fundo de pensão da Vale, por causa dos prejuízos causados pela corrupção na Sete Brasil. Estão em jogo, há seis anos, uns R\$ 200 milhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/04/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Impasse com a Petrobras chega ao fim

O presidente Jair Bolsonaro oficializou a resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), anunciada na terça-feira, que deu fim ao impasse entre Petrobras e União sobre a cessão onerosa, contrato assinado em 2010 para exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). Pelo acordo, a estatal vai ser ressarcida em US\$ 9 bilhões e o excedente de petróleo será leiloadado em 28 de outubro deste ano.

A estimativa do governo é de que a área pode render mais 6 bilhões de barris e R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura aos cofres públicos. O valor, no entanto, é superestimado na opinião do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires. Para o especialista, apesar de as condições da área serem excepcionais, o bônus deve ficar entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões.

“O acordo ainda depende de muita coisa. Primeiro, o CNPE terá que anunciar,

na próxima reunião, o valor do bônus e qual o óleo-lucro mínimo para a União”, disse. Pela Lei de Partilha, que rege a cessão onerosa, o critério para vencer o leilão é quem oferecer mais óleo-lucro. “Isso significa que se a área render, por exemplo, 100 mil barris e o custo de produção for o equivalente a 30 mil, o óleo-lucro são os 70 mil restantes. Vence o leilão quem oferecer o maior percentual dessa diferença”, explicou.

Quanto maior o mínimo de óleo-lucro oferecido, menor deve ser o bônus de assinatura. “Como a meta principal do governo é reduzir o deficit fiscal, a escolha deve pesar para um bônus maior e um óleo-lucro mínimo menor. Essa meta, vai penalizar gerações futuras em benefício do presente, ou seja, usar o dinheiro para cobrir a dívida”, afirmou Pires. “Do ponto de vista de recurso natural, isso é ruim”, opinou.

Leilão único

Antes disso, no entanto, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deve levar uma proposta para o CNPE aprovar. O diretor do Cbie acrescentou que o que torna o leilão da cessão onerosa único no mundo é a certeza de que a área tem boas reservas e, inclusive, já está produzindo. “Em geral, existe apenas uma indicação que pode ter óleo. Como a reserva está provada, quem vencer o leilão está praticamente comprando petróleo. Por isso, o bônus pode ser alto”, destacou.

Para Pires, como a Petrobras está dentro da área e a estatal tem direito de preferência, certamente participará do leilão. “Eu acho que a Petrobras vai entrar para ganhar. Não vai nem tocar nesses US\$ 9 bilhões. Vai devolver o montante como pagamento de bônus”, estimou.

MME / ASCOM .